

AS MÃES DE ROMA: os usos e a valorização da maternidade na reforma moral augustana

LUISA AMADO MONTEIRO

Graduanda em História (UFRJ)

luisaamado@outlook.com

Orientador: Prof. Dr. Deivid Valério Gaia (UFRJ)

RESUMO

A produção de crianças sempre esteve atrelada ao poder, a submissão e a dominação do sexo feminino. Ser mãe, não é, portanto, algo natural, inato da natureza da mulher. Historicamente construída, a maternidade tem sido moldada ideologicamente de diferentes formas em diferentes sociedades, dado as variações sociais e culturais. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é, portanto, analisar a valorização da maternidade no Principado de Augusto (27 a.C – 14 d.C), tendo em vista o seu projeto de reestruturação do mos maiorum, a tradição baseada nos costumes ancestrais. Para isso, analisaremos de que forma a maternidade aparecia na arquitetura, na literatura e nas leis do período.

PALAVRAS-CHAVE

Maternidade; Moralidade; Império Romano; Augusto; Mos-maiorum; Mulheres Romanas.

ABSTRACT

Child production has always been tied to power, submission, and domination of female. Therefore, being a mother is not something natural, innate in the nature of women. Historically constructed, motherhood has been ideologically shaped in different ways in different societies, considering social and cultural variations. The aim of this paper is to analyze the emphasis of motherhood in the Augustan Principate (27 BC - 14 AD), besides his project of restructuring the mos maiorum, the tradition based on ancestral customs. For this, we will analyze how motherhood appeared in the architecture, literature and laws of the period.

KEYWORDS

Motherhood; Morality; Roman Empire; Augustus; Mos maiorum; Roman- Women.

Historicamente, a maternidade tem sido construída como uma experiência intrínseca, exclusiva e determinante do feminino. Ser mulher, em muitas sociedades, significa não só cumprir o papel de manutenção do corpo social, mas também o inevitável destino biológico: o de ser mãe. Desde a Antiguidade até os dias atuais, muito se produz e debate sobre a experiência materna, seja para subjugar ou empoderar mulheres. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações acerca da construção discursiva sobre a maternidade durante o Principado de Augusto (27 a.C – 14 d.C), sendo este um período de importantes modificações políticas, estruturais, mas sobretudo, ideológicas, na trajetória de Roma.

A historiadora francesa Yvonne Knibiehler, em sua obra *História das mães e da maternidade no Ocidente* (2000) propôs um mapeamento histórico da temática e de suas convenções. Para ela, a civilização ocidental é filha de culturas mediterrânicas, as quais todas eram patriarcais. Ou seja, os “pais” dominavam tanto as famílias como a sociedade. (KNIBIEHLER, 2000, p. 9). E por isso, em razão do domínio masculino, na Antiguidade, a palavra maternidade não existia em grego ou latim, no entanto, a função materna estava presente em mitos e era objeto importante de considerações dos filósofos e médicos¹.

Se por um lado, entre os romanos, uma mulher era exaltada e cultuada como a grande mãe², por outro, ao ultrapassarmos o plano do divino e do simbólico, nos deparamos com uma sociedade notadamente misógina, na qual a importância dada às meras mortais não era a mesma. Ainda de acordo com Knibiehler, em sua obra *História da Virgindade* (2016), essa diferença se dava, porque no panteão greco-romano a igualdade estava assegurada, já que ele era habitado por seis deuses e seis deusas. Entre as seis deusas, três eram virgens, por escolha pessoal, e bem decididas a permanecer assim: três outras eram esposas e mãe. Para elas, a procriação não era um dever social; apenas uma experiência individual, mais ou menos satisfatória (KNIBIEHLER, 2016, p. 20)

Já os humanos, dado sua mortalidade, deveriam transmitir a vida. Por isso, nenhuma moça grega ou romana podia recusar ser casada jovem, conforme a vontade de seu pai ou tutor, nem a dar à luz filhos sob a proteção e autoridade de seu esposo. (KNIBIEHLER, 2016, p.31). Nessa lógica, a mulher da elite romana já dispunha antes

¹ A aparição da palavra *maternitas* data por volta do século XII, e também marca um momento de início, já que os clérigos inventaram uma palavra simétrica a *paternitas*, para caracterizar a função da Igreja. (KNIBIEHLER, 2000, p. 7)

² Vênus, a deusa do amor, estava presente de forma alusiva no nome de Roma e na narrativa de fundação da cidade, como mãe de Enéias, o herói troiano. Além disso, Vênus também aparecia como ponto de partida do poder e prestígio da dinastia Júlio-Claudiana, os IULLI, que alegavam serem descendentes diretos da deusa.

de nascer, o seu destino social e político pré-estabelecidos, e com poucas chances de serem modificados, pois, de forma geral, se pautavam em padrões comportamentais ligados ao casamento e principalmente a maternidade.

Mairéad McAuley (2016) em *Reproducing Rome – Motherhood in Virgil, Ovid, Seneca and Statius* pontua que analisar a maternidade nos permite também analisar os ideais culturais de feminilidade de cada sociedade, sendo a essência do feminino, em sua maioria, atrelada a capacidade biológica de gerar filhos. Por isso, deve-se ressaltar a importância de recentes análises históricas e sociológicas para diferenciar a experiência pessoal da maternidade a instituição, a construção social elaborada nos moldes do patriarcado (MCAULEY, 2016, p. 3)

Sobre as mães romanas, em específico, McAuley (2016, p.3) defende que a maternidade era caracterizada por paradoxos, particularmente por uma relação paradoxal de poder. Se a maternidade era uma tradicional fonte de autoridade e reconhecimento social para as mulheres, também era igualmente o foco do controle patriarcal sobre seus corpos e suas vidas. Ao contrário da paternidade, a maternidade atravessava o público e o privado. Historicamente associada ao visível, material, empiricamente demonstrável, emblemático pelo corpo grávido, mas também era amplamente excluída do público ou esfera política, confinada ao domínio doméstico e privado do corpo e experiência íntima, muitas vezes não expressa.

A maternidade na sociedade romana, portanto, certamente significou muito mais para as mulheres do que apenas a gravidez, parto ou criação: poderia se estender dos lares e gestão de propriedade e aos domínios “públicos” da moralidade cívica, política e status social. A centralidade cultural da maternidade para os romanos é evidenciada pelo fato de que as identidades romanas femininas tradicionais de mãe obediente, esposa casta e respeitável foram incluídos sob um único rótulo: *matrona* (MCAULEY, 2016, p.3)

Com isso, embora as mortais fossem encarregadas de garantir as próximas gerações, a exaltação da maternidade como fonte de poder e reconhecimento social estava mais presente nos discursos do que na prática em si. Os métodos contraceptivos e as práticas abortivas já faziam parte da realidade feminina, e com isso, podemos afirmar que o desinteresse das mulheres romanas pela maternidade se dava por uma combinação de fatores.

Em primeiro lugar, a infância não era um estágio da vida valorizado pelos romanos, o que agregava pouco valor às crianças. Diferente da sociedade ocidental moderna e contemporânea, a criança não era o centro das atenções e predileções da família, e muito menos da mãe. Esta, por sua vez, sequer era responsável pelos cuidados de sua prole, assim, uma nutriz se responsabilizava pelo aleitamento, e posteriormente, um pedagogo pelo letramento e conhecimento nas mais diversas áreas.

Somado a isso, para além da criança, os romanos viam a beleza e o cuidado do corpo como um assunto divino, ou você possuía ou não, ou você era agraciado pelos deuses ou não. E, nesse sentido, experiências maternas, como dar à luz e amamentar, apareciam como uma forma de envelhecimento precoce e degradação do corpo, além dos riscos de morrer em decorrência de complicações do parto. Destarte, se a maternidade era valorizada pelos moralistas, para outros autores, o mesmo não era

válido, como é o caso do poeta Augustano, Ovídio em sua obra *A arte de amar*.

As serpentes despem, com a pele fina, a velhice,
E a queda dos chifres não torna velhos os veados;
A nós, os nossos bens vão-se, sem qualquer remédio.
Colhei a flor! Se não for colhida, por si mesma cairá, sem beleza.
Acresce, ainda, que o parto faz mais velho o tempo.
Da juventude; com colheitas constantes envelhecem os campos.
(Ov,Ars.Am, 3, 75- 80)

Ponderar sobre esse distanciamento das mulheres romanas em relação à maternidade têm causado estranhamento desde a Antiguidade. Estudiosos antigos e contemporâneos dividem a lógica da “natureza feminina” e condenam as mulheres-mães romanas, categorizando-as como negligentes, desinteressadas e egoístas. Apesar dos últimos estarem, por vezes, dotados de uma lógica anacrônica e da mentalidade judaico-cristã, na qual o ideal materno é figurado por Maria, os seus predecessores não estavam isentos de uma leitura imersa em determinismo biológico. Um dos expoentes dessa corrente foi Plutarco, em sua obra escrita no século II d.C, *Sobre afeto aos filhos*.

Realmente nada há de tão imperfeito, indefeso, nu, disforme e repugnante como o ser humano no momento em que nasce – o único ser a quem a natureza não proporcionou um caminho limpo em direção à luz. Como, pelo contrário, se apresenta coberto de sangue e repleto de resíduos, assemelhando-se mais a alguém que foi assassinado do que a quem acaba de nascer, ninguém tem desejo de tocar-lhe, pegar-lhe ao colo, beijá-lo e abraça-lo a não ser quem sinta por ele um amor natural. (Plut. *De frat.amor.* 496, B)

De encontro a essa leitura “anti-*physis*” sobre as mulheres-mães romanas, e para se pensar a maternidade como sendo uma experiência não-estática, sujeita a mudanças socioculturais e exercida de forma distinta em momentos distintos no tempo e no espaço, lançamos mão da interpretação de Elisabeth Badinter em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985).

A filósofa francesa evidencia como a definição da maternidade pode ser carregada de pressupostos ideológicos ao mobilizar uma a proposta do *Larousse*, da edição de 1971, no qual o instinto materno é descrito como uma “tendência primordial que cria em toda mulher um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos” (BADINTER, 1985, p. 10).

Para Badinter, o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas

a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1985, p. 19).

Por esse ângulo, a procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, portanto, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz a um adulto (BADINTER, 1985, p. 19).

É importante ressaltar, entretanto, que apesar de haver uma continuidade no que diz respeito à noção de “natureza feminina” e o que se esperar dos comportamentos femininos a partir dela, no caso romano o amor materno não era o primordial. O que se almejava não era que a mulher desenvolvesse um amor arrebatador por seus filhos, muito menos a intimidade e o vínculo afetivo com as crianças pequenas, mas sim o exercício da maternidade de acordo com as demandas sociais e morais. Se no período Augustano, como veremos mais adiante, havia uma crise demográfica e de moralidade, a função materna deveria representar não só a guarda dos bons costumes e das virtudes, mas a mãe também deveria ser, principalmente, aquela encarregada da gestação de futuros cidadãos legítimos. Com isso, podemos dizer que diferente de outros momentos, ainda que houvesse a prática da adoção, o parto passou a ser valorizado como estágio importante da maternidade.

Levando em consideração a generalização discursiva que se fazia sobre a maternidade, fosse para romantizá-la ou mobilizá-la com fins ideológicos, devemos ter em mente que para além das experiências pessoais, o que se defendia para as mulheres da elite, sendo estas o alvo direto da reforma augustana, não poderia ser assegurado para as diferentes realidades sociais e étnicas coexistentes no Império Romano. Se as mulheres ricas podiam entregar seus filhos ao cuidado de terceiros, o mesmo não era garantido para mulheres escravas ou estrangeiras pobres, que por conta da escassez documental, não serão desdobradas em nossa pesquisa.

■ A RESTRUTURAÇÃO MORAL E A MATERNIDADE

Levando em consideração o nosso objetivo, acreditamos que um estudo minucioso do contexto torna-se incontornável para compreender a forma como, ideologicamente, Augusto moldou um padrão comportamental feminino, relativo à maternidade. Assim, devemos nos preocupar não só com o processo político que fez Roma transitar de uma República para um Império, mas também nos fatores que comprometiam o modo como a mulher era vista e, como consequência o papel que ela desempenharia naquela sociedade

Para Francisco de Oliveira (2010), o que muitos estudiosos consideram como

próprio da época de Augusto nada mais é do que o ponto de chegada ou a síntese de tendências que já tinham sua elaboração em meados da República. Por isso, para ele, uma sùmula sobre a sociedade augustana não pode ignorar desenvolvimentos sociais e políticos cujas raízes seguramente se encontram na longínqua época das Guerras Púnicas, trata-se da crise institucional e política, do alargamento da literacia em especial às mulheres, da evolução da moral sexual e das formas de relacionamento amoroso, dos problemas demográficos e da questão do regime e sua legitimação (OLIVEIRA, 2010, p. 11)

No plano demográfico, o final da República e os inícios do Principado eram também um momento de crise, tanto na questão da natalidade como na taxa de mortalidade. O problema demográfico tornava-se de importância acrescida por razões de recrutamento de tropas, sendo por isso mais agudo em momentos de guerras prolongadas e em especial durante as proscricções e guerras civis, mas também por necessidade de recrutamento de pessoal administrativo para gerir um império cada vez mais largo e em vias de centralização burocrática, e não apenas política (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

A situação era agravada por dificuldades e obstáculos insuspeitos à procriação: pesadas restrições, inclusive de ordem econômica, como a limitação da fortuna à propriedade fundiária, recaíam sobre os senadores; novas regras de higiene, como os banhos quentes, que provocavam infertilidade masculina, e a água canalizada fazia grassar o saturnismo; hábitos alimentares prejudiciais, como as cenae recheadas com iguarias exóticas, causavam grandes problemas de saúde. (OLIVEIRA, 2010, p. 24) Se as Guerras Civis demonstraram o enfraquecimento das estruturas e instituições republicanas, também afetaram as tradições e a moralidade, a lógica do matrimônio e a organização das famílias pautada na *potestas* do *paterfamilias*. Assim, foram expressivas no que diz respeito a carestia de cidadãos.

Incorporando as modificações estruturais, políticas, econômicas e sociais, Semíramis Corsi aponta que a expansão romana também acarretou profundas mudanças na vida e nos costumes dos romanos. Para ela a nova aristocracia enriquecida exigia padrões de vida que o antigo modelo, fundamentado na austeridade e simplicidade não poderiam produzir. Particularmente durante as Guerras Púnicas, a ausência e a morte dos maridos ajudou a um movimento de emancipação da mulher. Tal emancipação implicava acesso à riqueza, a educação, à facilitação do divórcio e ao casamento sine manu, isto é, consórcio sem a submissão do marido. (OLIVEIRA, 2015, p. 265). Por esse mesmo viés, Mary Beard (2017, p. 301) defende que durante o século I a.C. se tinha um novo estilo de mulher liberada, que supostamente desfrutava uma vida social livre, sexual, adúltera, sem muitas restrições impostas pelo marido, pela família ou pela lei. O exercício da sexualidade se desvinculou da função biológica da reprodução e o aborto não era considerado crime (CECCCO, MARSILLA, 2001 apud CIRIBELLI, 2002, p. 261).

Levando em consideração todas as mudanças e rupturas provenientes da crise da República, principalmente o esgarçamento da moral tradicional, a liberdade feminina face o enfraquecimento da dominação masculina e a carestia de cidadãos, defendemos que estes fatores tiveram influência direta na reforma moral promovida

pelo princeps, e também no ideal de maternidade que ele almejava estabelecer.³

Preocupado com essa mudança dos costumes, o Imperador Augusto iniciou um movimento que buscava estimular a moralidade da época. Desta maneira, procurou estabelecer uma legislação sobre a religião, a família, o matrimônio e a agricultura, visando a restaurar o *mos maiorum* (costume dos antigos ancestrais romanos). A ideologia de Augusto projetava-se na tentativa de conservação dos valores tradicionais e nacionais dos romanos e na ideia da grandeza de Roma. Vários foram os meios utilizados por Augusto para divulgação e manutenção da sociedade hierarquizada. Desta forma, utilizou-se das leis, da religião, da arquitetura e da literatura. (CORSI, 2010, p. 8)

Augusto aparece na história romana como primeiro a legislar de modo a induzir os cidadãos a se casarem novamente, e a reproduzirem entre si. Com isso, podemos dizer que o encorajamento matrimonial e familiar, tornou-se parte da política de governo oficial e passou a ter maiores proporções. (DIXON, 2014, p. 71). Assim como Corsí, Suzanne Dixon aponta as estratégias lançadas por Augusto para pôr em prática sua reforma de reestruturação moral e cívica, dentre elas, destaca desde o suporte na obra de seus literatos – como Tito Lívio e Horácio – até mudanças arquitetônicas na cidade de Roma, que incluíam a conclusão da construção do tempo da Venus Genetrix e a restauração da estátua de Cornélia, a mãe dos Graco.

Para além do processo de embelezamento da cidade, as mudanças na paisagem de Roma também foram parte importante do projeto ideológico. O empreendimento arquitetônico contava com espaços que promovesse uma maior visualização do poder perante o povo, como anfiteatros e fontes, mas também contava com a construção de templos e estátuas, nas quais figurava uma temática em comum: a maternidade. E o que se objetava incutir eram as virtudes encorajadas para as matronas, sendo elas o decoro, a castidade, a graça, a serenidade e a fertilidade. (SILVA, 2005, p. 345)

Se Augusto prestou honras a memória dos grandes generais, por sua participação e contribuição para a glória de Roma, o mesmo também foi feito pela memória de mulheres romanas que foram participativas e ativas socialmente, dentro de um padrão comportamental esperado e exaltado. Por esse motivo, uma das mulheres republicanas mais exaltadas como exempla, foi Cornélia, a mãe de Caio e Tibério Graco. Mulher, que de acordo com as fontes da época, soube abdicar de seus interesses próprios para viver de modo a se dedicar pela virtude de seus filhos.

A mensagem que desejava se passar com a figura de Cornélia, o modo de se portar e de exercer seu dever, era clara. A maternidade, deveria ser acima de tudo um dever cívico. E isso se dava, devido o contexto de pós-guerras, no qual o propósito do herdeiro de César era a reconstrução de Roma, fosse política ou moral, e que tendo em vista a exclusão das mulheres dos meios legítimos de atuação política, designou como contribuição a procriação, ou seja, o dever cívico das mulheres naquele

3 Somado aos acontecimentos políticos mais amplos, Mairéad McAuley defende que também houve uma importância crescente da maternidade imperial e da mudança acerca da concepção de família no Principado de Augusto. E em decorrência, providenciou-se com isso uma maior complexidade social e ideológica em torno da reprodução e representação da maternidade. (MCAULEY, 2016, p. 11)

momento eram ser mães.

Desse modo, podemos dizer que a mulher, na sociedade augustana, passou a ser vista pela ótica de um corpo reprodutor. Assim, não deveria se valorizar uma mulher pelas suas virtudes individualizadas, mas pelo que podiam oferecer para Roma. O projeto augustano, portanto, ao determinar um ideal para o exercício da sexualidade feminina almejou solução para dois impasses de uma só vez: a liberdade feminina e a crise demográfica.

Diferente do patriotismo moderno, a dedicação à pátria era o sentimento orientador dos romanos, e tinha na sua essência a consciência de uma hierarquia que subordinava estritamente o indivíduo aos diferentes grupos sociais, e estes grupos uns aos outros. O indivíduo não contava para além de sua função no grupo. (GRIMAL, 1984, p. 66). Essa concepção de fidelidade e compromisso com Roma, que Augusto buscou incutir no exercício da maternidade, também apareceu nas obras literárias da época, como é o caso da *História de Roma* de Tito Lívio.

Roma já era tão forte, que seu potencial bélico estava a altura de qualquer dos Estados vizinhos. Mas, devido a falta de mulheres, sua grandeza estava destinada a durar uma geração, sem ter a possibilidade de se perpetuar. (Liv.Ab Urbe.1, 9,1)

Outra prática enriquecedora do projeto moral, fomentada por Augusto foi o culto à Vênus *Genetrix*. Jean Noel-Robert defende que o culto a Vênus demonstra, de forma perfeita, como se dava o conflito entre moral e prazer. Se hoje em dia, a Vênus é a própria imagem da deusa do amor, nem sempre foi assim, especialmente em Roma nos tempos austeros da República. (ROBERT, 1995, p. 7) Para Robert, o culto a Vênus acompanhou a evolução e o enfrentamento de cada sociedade contra o individualismo e o prazer. Por isso, de acordo com ele, somente em 295 a.C Vênus assistiu à construção de um primeiro templo dedicado a ela. (1995,p. 13) Não se desejava que a “deusa mãe”, mãe de Enéias, e dos Romanos, que os guiava, fosse assimilada aos prazeres da carne.

Por isso, a escolha por Augusto, de uma versão da Vênus que simbolizava o convívio doméstico e a maternidade não se deu o acaso. Para além da reiteração do vínculo de Júlio César e seu herdeiro com a deusa, o culto também simbolizava as virtudes esperada para as romanas.

Um outro empreendimento, que se tornou característico da política moralizante augustana nas pesquisas atuais, é o código jurídico promulgado pelo *princeps*, conhecido como “Leis Júlias” ou “Leis Julianas”. Por volta de 18 ou 17 a.C, a *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e a *Lex Iulia de adulteriis* foram aprovadas. A primeira incentivava o casamento e a reprodução entre os cidadãos romanos através de recompensas, oficialmente para combater o declínio das taxas de casamento e nascimento entre a elite.

Ao tratar do conjunto de leis, Annelise Freisenbruch aponta que seu principal objetivo em parte era promover a fertilidade e ao mesmo tempo servir como uma forte censura da moral atribuída a camada fraca, preguiçosa e licenciosa da aristo-

cracia romana. As *leges luliae* foram introduzidas como uma resposta aparente à redução do número de ocorrências de casamentos entre a elite romana, e continham novas medidas rígidas destinadas a combater duramente tal lassidão enquanto ofereciam incentivos econômicos ao casamento e à procriação. (FREISENBRUCH, 2014, p.86). No livro XLVIII, título V, no artigo sexto, Papiniano ao versar sobre a Lei Júlia, elucida que está se restringia “ a pessoas livres que sofreram adultério ou estupro. E continua

A lei menciona de forma promíscua e um tanto abusiva o estupro e o adultério; mas o adultério é considerado quando a mulher é casada, tendo a palavra sido formada em razão do parto concebido de outro, mas em casos de solteira ou viúva se comete estupro, que os gregos chamavam de corrupção. (PAPINIANO, *Dig.*, XLVIII, V, 6, 1)

Por mais que as leis não fizessem menção direta a maternidade, propriamente dita, uma vez que se tinha a preocupação em estabelecer critérios que evitassem o casamento entre diferentes setores da sociedade e o adultério, acreditamos, com base em Dixon (2014), que a preocupação com as relações extraconjugais por parte das mulheres pode ser diretamente associada com a atenção dada a paternidade, com a descendência da linhagem masculina e a sua legitimidade. E com isso, o exercício da sexualidade feminina e a procriação se tornam um só, interligados.

Podemos concluir, portanto, que ao longo do Principado de Augusto a maternidade foi explorada de diversas maneiras, desde à literatura as leis. Ressaltar a maternidade, além de ter sido um artifício viável para amenizar a crise demográfica e a baixa taxa de natalidade da elite, também aparecia como uma forma de “dessexualização” das mulheres romanas, ou seja, de delimitação do exercício da sexualidade feminina. Apesar da *pax romana*, do florescimento econômico, de conquistas territoriais como o Egito e dos demais aspectos positivos que ressaltam e caracterizam o Principado de Augusto, ser mulher na sociedade augustana significava mais do que presenciar um momento auspicioso, significava ser o corpo reprodutor, o ventre garantidor da glória, e acima de tudo, ser mãe de Roma.

LISTA DE ABREVIATURAS

Plut., De frat. amor. – Plutarco, *De fraterno amore* (Sobre afeto aos filhos)

Ov., Ars am – Ovídio, *Ars Amatoria*. (A arte de amar)

Liv. Ab. Urbe – Tito Lívio, *Ab Urbe Condita* (História de Roma)

Dig. – *Digesto*

FONTES

JUSTINIANO, *Cuerpo Del Derecho Civil Romano*. Tradução Ildefonso García del Corral. – Barcelona: Lex Nova, 1892.

OVÍDIO. *A arte de amar*. / Ovídio; tradução, introduções e notas Carlos Ascenso André; prefácio e apêndices Peter Green. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011

PLUTARCO. *Sobre afeto aos filhos*. Tradução do grego, introdução e notas: Carmen Soares e Roosevelt Rocha. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

TITO LÍVIO. *História de Roma desde su fundación*. Tradução de José Antonio Villar Vidal. Editorial Gredos, Madrid, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad: Waltensir Dutra. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga* / Mary Beard; [tradução Luis Reyes Gil]. – 1.ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Emancipação e liberação sexual das mulheres na República Romana (II e I séculos a.C). In: *Phoênix*, v.08, n. 1. Rio de Janeiro, Mauad, 2002. p. 259 – 278.

CORSI, Semirâmis. O principado romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes. In: *Críticas&Debates*, v.1,n.1,p.1-17, jul/dez.2010.

DIXON, Suzanne. *The Roman Mother*. – 1ed – Nova Iorque, Routledge. 2014

FREISENBRUCH, Annelise. *As primeiras damas de Roma: as mulheres por trás dos céсарes*. / tradução: Andrea Gottlieb Oliveira. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. / Pierre Grimal; tradução Isabel St. Aubyn.- Lisboa: Edições 70, 1984.

KNIBIEHLER, YVONNE. *História da virgindade* / Yvonne Knibiehler; tradução de Dilson Ferreira da Cruz. – São Paulo: Contexto, 2016.

KNIBIEHLER, Yvonne. *História de las madres y de la maternidade em Occidente*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 2001.

MCAULEY, Mairéad. *Reproducing Rome – Motherhood in Virgil, Ovid, Seneca and Statius*. -1.ed -Reino Unido, Oxford University Press, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Consequências da expansão Romana. In: OLIVEIRA, Francisco de & BRANDÃO, José Luís.(Org.) *História de Roma Antiga Volume I: das origens à morte de César*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.p. 233- 311.

OLIVEIRA, Francisco de. Sociedade e cultura na época augustana. In:PIMENTEL,Cristi-

na de Souza & RODRIGUES, Nuno Simões.(Org.) *Sociedade, Poder e Cultura no tempo de Ovídio*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 11- 36.

ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*/ Jean-Noël Robert; tradução Marina Appenzeller. – São Paulo: Martins, Fontes, 1995.

SILVA, Karina Lima da. Prazeres femininos: festa e sedução das matronas no período de Augusto. In: LESSA, Fábio de Souza & BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. (Org.) *Memória & Festa*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005. p. 344-351.